PROCESSO : TC/005209/2017
ORIGEM : Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Sergipe
ASSUNTO : 033 – Pensão Previdenciária ou Especial
INTERESSADA : Etelvina Soares da Rocha (Cônjuge)
PROCURADOR : Eduardo Santos Rolemberg Côrtes – Parecer nº 559/2022
RELATOR : Conselheiro Substituto Rafael Sousa Fonsêca

DECISÃO TC 36.060 PRIMEIRA CÂMARA

EMENTA: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Sergipe. Pensão Previdenciária. Legalidade para fins de registro. Regime de revisão anual. Decisão unânime.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, decidem os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, em Sessão da Primeira Câmara, por unanimidade de votos, julgar pela **LEGALIDADE**, para fins de registro, da concessão de Pensão à interessada Etelvina Soares da Rocha, cônjuge do beneficiário Eronildes Francisco da Rocha, inscrito no CPF nº 013.290.735-68, servidor inativo da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, tendo direito ao regime de **revisão anual**, nos termos da Proposta de Decisão do Conselheiro Substituto Relator.

Aracaju/SE, 19 de julho de 2022.

Conselheiro ULICES DE ANDRADE FILHO
Presidente

Conselheiro Substituto RAFAEL SOUSA FONSÊCA
Relator

Fui presente:

PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Arquivo assinado digitalmente por ULISSES DE ANDRADE FILHO:66593450863 em 15/08/2022 10:11:10
Arquivo assinado digitalmente por RAFAEL SOUSA FONSÊCA:36182583304 em 15/08/2022 11:59:56
Arquivo assinado digitalmente por JOSÉ SÉRGIO MONTE ALEGRE:03845117591 em 17/08/2022 08:44:38

RELATÓRIO

Tratam os autos do **Processo TC/005209/2017** de Pensão Previdenciária concedida à interessada Etelvina Soares da Rocha (cônjuge), beneficiária do ex-segurado Eronildes Francisco da Rocha, inscrito no CPF nº 013.290.735-68, servidor inativo da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (Auditor Técnico de Tributos), falecido no dia 22 de janeiro de 2014, conforme certidão de óbito de fls. 03 dos autos.

O benefício foi concedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Sergipe por meio da Portaria nº 1293/2014, de 25/02/2014 (fl. 14) – DO nº 26.926 (fl. 15).

Devidamente instruído, o processo contém a certidão de óbito (fls. 03), certidão de casamento (fls. 8), CPF e RG da beneficiária (fls. 09), demonstrativo dos vencimentos do ex-segurado referente ao mês anterior ao do óbito (fls. 07) e planilha de cálculo de pensão por morte (fls. 13).

A Procuradoria do Sergipe Previdência emitiu Despacho favorável à pretensão dos interessados (fls.11/12).

Em Parecer Jurídico de fls. 19/20, a Coordenadoria Jurídica recomendou o reconhecimento da legalidade, para fins de registro, do benefício de pensão por morte, tendo direito ao valor da última remuneração do *de cujus,* incidindo redutor constitucional, e reajuste pela revisão anual. Informou que o valor do benefício corresponde a **R$ 11.944,32 (onze mil novecentos e quarenta e quatro reais e trinta e dois centavos)**.

O Ministério Público de Contas, através do Parecer n° 559/2022 (fls. 24/25), da lavra do douto Procurador Eduardo Santos Rolemberg Côrtes, aquiesceu com o cálculo discriminado na informação da Coordenadoria Jurídica. Conclui, opinando pela **legalidade** da pensão em favor do interessado, devendo ser observado o regime de revisão anual na revisão dos proventos.

É o relatório.

Arquivo assinado digitalmente por ULISSES DE ANDRADE FILHO:66593450863 em 15/08/2022 10:11:10
Arquivo assinado digitalmente por RAFAEL SOUSA FONSÊCA:36182583304 em 15/08/2022 11:59:56
Arquivo assinado digitalmente por JOSÉ SÉRGIO MONTE ALEGRE:03845117591 em 17/08/2022 08:44:38

PROPOSTA DE DECISÃO

Compulsando a documentação acostada aos autos, destaca-se que o processo em tela foi adequadamente instruído, e, que o interessado preenche as condições estabelecidas no art. 40, §2°, §7°, §8°, (redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003) e art. 226 da CF/88 c/c arts. 50, 54, 55 da Lei Complementar 113/2005, tendo em vista que, Etelvina Soares da Rocha figurada como cônjuge e beneficiária do ex-segurado, conforme certidão de casamento (fls. 8).

Ainda de acordo com os documentos juntados ao presente feito, depreende-se que o interessado faz jus à pensão no valor correspondente a **R$11.944,32 (onze mil novecentos e quarenta e quatro reais e trinta e dois centavos)**, incidindo redutor constitucional.

Em consequência do preenchimento das condições mencionadas, o interessado tem direito à aplicação do **regime de revisão anual** na revisão da sua pensão, em conformidade com o art. 40, §8º da Carta Magna.

Por oportuno, observo ainda que o processo em tela foi adequadamente instruído na forma da Resolução TC nº 284, de 17 de outubro de 2013, que instituiu e regulamentou o processo eletrônico relacionado à concessão de aposentadorias, disponibilidade, reformas, transferência para reserva remunerada, pensões e suas revisões, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

Ante toda a fundamentação apresentada, que passa a integrar o dispositivo como se nele estivesse transcrita, apresento **PROPOSTA DE DECISÃO**, em consonância com os pareceres do Ministério Público de Contas e da Coordenadoria Jurídica pela **legalidade**, para fins de registro da Pensão Previdenciária concedida à interessada, devendo ser observado o **regime de revisão anual**.

É a Proposta de Decisão.

Arquivo assinado digitalmente por ULISSES DE ANDRADE FILHO:66593450863 em 15/08/2022 10:11:10
Arquivo assinado digitalmente por RAFAEL SOUSA FONSÊCA:36182583304 em 15/08/2022 11:59:56
Arquivo assinado digitalmente por JOSÉ SÉRGIO MONTE ALEGRE:03845117591 em 17/08/2022 08:44:38

Isto posto, e

CONSIDERANDO que o processo em tela foi adequadamente instruído, de acordo com a Resolução TC nº284/2013;

CONSIDERANDO os pareceres do Ministério Público de Contas e da Coordenadoria Jurídica desta Corte de Contas;

CONSIDERANDO a Proposta de Decisão apresentada pelo Relator e o mais que dos autos consta;

DECIDE O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, em Sessão da **Primeira Câmara**, realizada no dia **19/07/2022**, por unanimidade de votos, considerar **LEGAL**, para fins de registro, a concessão de Pensão Previdenciária à interessada Etelvina Soares da Rocha cônjuge do ex-segurado Eronildes Francisco da Rocha, inscrito no CPF nº 013.290.735-68, servidor inativo da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, tendo direito ao **regime de revisão anual**, nos termos da Proposta de Decisão do Conselheiro Substituto Relator, conforme discriminação a seguir:

BENEFICIÁRIA	DEPENDÊNCIA	PERCENTUAL	VALOR
Etelvina Soares da Rocha	Cônjuge	100%	**R$ 11.944,32**

Participaram do Julgamento os Conselheiros: **Ulices de Andrade Filho** (Presidente), **Susana Maria Fontes Azevedo Freitas** e **Luis Alberto Meneses**. Esteve presente na sessão o Procurador **José Sérgio Monte Alegre.**

Arquivo assinado digitalmente por ULISSES DE ANDRADE FILHO:66593450863 em 15/08/2022 10:11:10
Arquivo assinado digitalmente por RAFAEL SOUSA FONSÊCA:36182583304 em 15/08/2022 11:59:56
Arquivo assinado digitalmente por JOSÉ SÉRGIO MONTE ALEGRE:03845117591 em 17/08/2022 08:44:38

Presente o Conselheiro Substituto **Rafael Sousa Fonsêca** (Relator) com Proposta de Decisão.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Sala das sessões do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE**, em Aracaju, **16 de agosto de 2022.**

Conselheira ULICES DE ANDRADE FILHO
Presidente

Conselheiro Substituto RAFAEL SOUSA FONSÊCA
Relator

Fui presente:

PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Arquivo assinado digitalmente por ULISSES DE ANDRADE FILHO:66593450863 em 15/08/2022 10:11:10
Arquivo assinado digitalmente por RAFAEL SOUSA FONSÊCA:36182583304 em 15/08/2022 11:59:56
Arquivo assinado digitalmente por JOSÉ SÉRGIO MONTE ALEGRE:03845117591 em 17/08/2022 08:44:38